

MORAR, VIVER E SE DISTINGUIR NA CIDADE: UMA ANÁLISE A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DE LOTEAMENTOS FECHADOS E CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS EM CAMPINA GRANDE, PB.

Mariana Andrade Bezerra ¹
Maria Jackeline Feitosa Carvalho ²

RESUMO

A partir da década de 1970, a produção de espaços residenciais privatizados em cidades brasileiras imprimiu um novo cenário de segregação e fragmentação urbana. Com foco nos Loteamentos Fechados e nos Condomínios Fechados Horizontais, este estudo se propõe a realizar uma análise acerca das tensões socioespaciais que surgem a partir da implantação deste modelo de arranjo urbano, de modo a discutir como a produção desses espaços impactam social e territorialmente o desenvolvimento urbano de Campina Grande (PB). Fundamentado na perspectiva teórica proposta por Lefebvre (1974), Bauman (2009), Caldeira (2011), Santos (2013), Maricato (2014), dentre outros, o artigo se fundamenta na metodologia de revisão bibliográfica e pesquisa de campo, observando *in loco* alguns desses espaços fechados e os contextos que os cercam. A pesquisa conclui que a implantação desses novos empreendimentos residenciais contribui para homogeneizar as relações sociais intramuros, restringir a criação de laços sociais diversos e criar um crescimento fragmentado da cidade e da sociedade.

Palavras-chave: Tensões socioespaciais, Desenvolvimento urbano, Loteamentos fechados, Condomínios horizontais.

INTRODUÇÃO

A dinâmica produção das morfologias urbanas relaciona-se, no mundo todo, com agentes sociais e políticos capazes de organizarem e definirem o modo como vivem as pessoas, bem como suas relações com o espaço.

No Brasil, a cultura de morar em loteamentos fechados e condomínios fechados horizontais é recente, fazendo parte dos novos processos de ocupação territorial. Intensificou-se na década de 1970 através da promessa imobiliária da garantia de uma vida ideal na cidade, com comodidade, segurança, lazer, qualidade ambiental e de infraestrutura, primordialmente, para o público que pudesse fazer uso, atingindo grupos que estavam dispostos a investir

¹ Arquiteta e Urbanista, Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, marianaandr@gmail.com;

² Cientista Social, Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Paraíba, UFPB, jacsocurbana@gmail.com.

Este artigo é resultado da dissertação de mestrado apresentada pela autora no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba, em 2018.

capital para usufruir desses serviços. Esses grupos ansiavam por nichos urbanos vendidos pelo mercado imobiliário como ideais para minimização dos transtornos cotidianos e obtenção de uma melhor qualidade de vida, como os condomínios edifícios verticais, os loteamentos fechados e os condomínios fechados horizontais (CFH).

Campina Grande, cidade no interior da Paraíba e área do estudo deste trabalho, apresenta dois Loteamentos Fechados e quatro CFH, além de outros cinco CFH em municípios adjacentes à sua área urbana. Na perspectiva do urbanismo é possível ter clara caracterização dos mesmos, bem como das consequências que a implantação repetida de modelos como esses podem gerar para a cidade e para a sociedade na qual se inserem, como a segregação social, obstacularização entre bairros e vizinhanças, privatização de grandes parcelas de solo e fragmentações urbanas.

Este estudo se propõe a refletir sobre as tensões socioespaciais que essas modalidades de arranjo urbano, os CFH e os loteamentos fechados, colocam ao município de Campina Grande, partindo da hipótese de que esses empreendimentos trazem impactos ao desenvolvimento urbano na medida em que, ao nosso ver, fomentam a segregação social e territorial e, portanto, um desenvolvimento urbano excludente.

O objetivo central do artigo é evidenciar algumas tensões socioespaciais no desenvolvimento urbano de Campina Grande à luz dos conflitos impulsionados pela implantação dos loteamentos fechados e dos CFH. Tem como objetivos específicos compreender a problemática social gerada pela segregação entre espaço público e privado e analisar a relação entre o desenvolvimento urbano e a implantação dessas modalidades de aproveitamento do espaço territorial.

O caminho metodológico proposto ao longo da pesquisa bibliográfica e de campo partiu da definição da dupla abordagem: qualitativa e quantitativa. Partimos da observação e do contato com a realidade social dos moradores e funcionários dos empreendimentos escolhidos, aplicando a eles entrevistas semiestruturadas para possibilitar o entendimento da demanda por este tipo de espaço. O aporte quantitativo deu-se a partir de alguns resultados que puderam ser formulados por meio das entrevistas e do acesso às fontes secundárias.

Nas considerações finais, apontamos as reflexões sobre a vivência da pesquisa e as contribuições trazidas através do percurso e mediação entre a teoria, trabalho de campo e análises. Dessa maneira, este trabalho pode servir como embasamento para reflexões e estudos que discorram sobre a relação entre desenvolvimento urbano/regional e a produção de espaços segregados nas cidades contemporâneas, em especial Campina Grande.

METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica que compõe o referencial teórico deste trabalho vem sendo discutida desde o início do caminhar metodológico, englobando os principais teóricos que estudam o desenvolvimento urbano e regional sob a perspectiva do conflito de classes inserido nesse contexto. Desse modo, o aporte teórico que embasou este trabalho esteve presente desde a discussão do projeto de pesquisa até a definição de cada etapa.

Optamos por partir pela dupla abordagem, qualitativa e quantitativa, de modo que, na abordagem qualitativa, iniciamos da observação e do contato com a realidade social dos moradores e funcionários nos empreendimentos escolhidos e, na abordagem quantitativa, alguns resultados estatísticos (como a porcentagem sobre o grau de satisfação dos moradores com os empreendimentos) puderam ser formulados por meio das entrevistas.

Definidas as perguntas que elucidariam os objetivos desta pesquisa, submetemos todo o material necessário para aprovação no Comitê de Ética e Pesquisa (CEP-UEPB), bem como realizamos o cadastro da pesquisa na Plataforma Brasil – procedimento solicitado pelo CEP. Quando o projeto foi avaliado e aprovado por esses dois órgãos, iniciamos a pesquisa de campo.

Compreendemos, baseados nessa metodologia de pesquisa de campo e análise dos resultados que a comunicação, a mensagem, o discurso, são construídos a partir de uma ideologia que interfere e está incorporada à oralidade, à linguagem.

Nesta pesquisa, optamos pela metodologia de análise como forma de validar a abordagem qualitativa e compreender, de maneira crítica, como a pesquisa de campo (baseada nas entrevistas com os informantes, na observação dos espaços em estudo e na coleta de dados), associada ao aporte teórico inicial, serviu para elucidar as problematizações do tema da pesquisa relativas às questões sociais que permeiam o desenvolvimento urbano.

DESENVOLVIMENTO

Desde a Revolução Industrial até os dias atuais, as diferenças de renda nas cidades, associadas à oferta de trabalho formal, são tomadas de maneira preponderante em relação à organização do espaço e à divisão de terras, sejam elas urbanas ou rurais. Santos (2012) considera que a pouca oferta de emprego produz um impacto direto na qualidade de vida da sociedade urbana, no desenvolvimento e no modo como se organizam espacialmente:

A grande maioria da população urbana tem o mais baixo nível de qualidade de vida, enquanto um número reduzido de pessoas tem altas rendas. Em muitos países as camadas mais baixas correspondem, geralmente, à população formada de imigrantes vindos do campo e sem nenhuma qualificação para trabalhos na cidade. A maior parte dos pobres não recebe salário fixo, vivendo de atividades inseguras, ocasionais, transitórias, mal pagas. Entre eles o desemprego, mascarado ou não, é uma constante. Nos países de urbanização recente, [...] a elite da terra guarda avaramente os lugares mais prestigiosos e bem remunerados. (SANTOS, 2012, p. 52-53).

O processo de urbanização, marcado dentre outras coisas pela industrialização e modernização das sociedades, permite fazer reflexões sobre essas abordagens, uma vez que existem semelhanças na caracterização das sociedades pós-industrializadas no que diz respeito às relações com o ideário capitalista e com o mercado, observando como essas vinculações fazem parte da produção do espaço urbano.

Devido à importância para as relações econômicas, sociais e, também, urbanas, o mercado para as cidades continua representando papel fundamental. A terra virou, inclusive, moeda de troca, de modo que a cidade mercantilizada passou a representar um dos principais instrumentos de dominação entre as pessoas, tal como aqui vastamente discutido.

Sobre isso, em Sánchez (2010), Maricato (2012) e Rolnik (2015) é possível encontrar considerações acerca dos impasses e dos conflitos gerados pela financeirização da terra urbana quando se faz da cidade um espaço-mercadoria. As autoras tecem considerações acerca do privilégio das classes com maior poder econômico e refletem a respeito de processos segregadores de habitar o urbano, na medida em que se “institucionaliza” o fato de que apenas algumas classes têm pleno acesso a serviços e infraestrutura oferecidos pelo Estado. O preço da localização e o acesso à terra passa a ser o nó gerador de conflitos nas cidades.

O desenvolvimento urbano perpassa não somente pela geração de emprego, renda e trabalho formal, mas também pela divisão igualitária da terra, bem como o acesso justo aos

equipamentos urbanos, à moradia, à mobilidade e à infraestrutura, instrumentos que devem garantir a dignidade e a qualidade de vida de todos os cidadãos igualmente. Nas sociedades capitalistas, em que se apregoa o individualismo e a acumulação de bens, a sociedade tende a crescer segregada – e seus espaços urbanos também.

Compreender o desenvolvimento urbano, regional e nacional como um projeto político nos mostra que é preciso ter atenção quanto aos interesses das forças que o moldam, sendo o mercado imobiliário uma força expressiva que, até os dias atuais, faz uso do desenvolvimento urbano capitalista para ser uma fonte de oportunidade de lucro.

Aproveitando-se dos problemas gerados pela acelerada urbanização das grandes e médias cidades, como a criminalidade e a desqualificação da infraestrutura urbana, o mercado imobiliário oferece alternativas para suprimir tais questões e propor novos espaços como promessa de qualidade de vida para quem pode pagar por eles.

Desse modo, têm continuidade os processos de segregação e autosegregação, que, por sua vez, são complementares e não devem ser estudados e/ou compreendidos de forma separada, pois são “duas facetas de um mesmo processo, uma vez que a distinção entre as duas proposições está no ponto de vista a partir do qual a separação se estabelece” (GÓES; SPOSITO, 2013, p. 285).

Uma sociedade que se expande de forma desigual alimenta uma urbanização excludente. A urbanização segregada pode ser vista com o estabelecimento de muros e obstáculos visíveis e invisíveis dentro das cidades. Torna possível a relação entre fragmentação da malha urbana, a insegurança e a violência, que exercem especial influência na produção do espaço. Os conflitos sociais gerados a partir da segregação na ocupação do espaço urbano refletem a ideia de dominação e privilégio para alguns grupos e nos leva a refletir o legado de segregação que o urbanismo contemporâneo tem deixado impresso para as futuras gerações.

Observamos a importância em considerar a relação entre o desenvolvimento territorial e a consequente produção de espaços segregados dentro das cidades contemporâneas, que tangenciam nosso estudo acerca de como áreas urbanas foram sendo ocupadas, ao longo da história, e como essas ocupações contribuíram para a formação de espaços de valorização ou não dos territórios acentuadamente coordenados pela lógica do mercado imobiliário.

Em 1970, conforme vimos anteriormente, o Brasil vivia um contexto de crescimento demográfico urbano acelerado e aumento nos índices de violência, como confirmam o

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), respectivamente. Segundo o IBGE, a quantidade de domicílios urbanos aumentou de 49%, em 1960, para 58%, em 1970, enquanto que, de acordo com o SIM, no início da década de 1980, o país já tinha 11,7 homicídios para cada cem mil habitantes, superando a média global admitida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) de 10/100.000 hab.

Caldeira (2011), ao analisar os processos de organização urbana e de segregação social de São Paulo, explica que até a década de 1940 diferentes grupos sociais se comprimiam na cidade e se segregavam pelas diferentes formas de moradia. Entre 1940 e 1980, a classe média e alta ocupou as áreas centrais, bem servidas de infraestrutura, enquanto os pobres passaram a ocupar as periferias. A partir do início da década de 1970 (DACANAL; GUIMARÃES, 2005; PINHEIRO, 2011; LIRA, 2012), novos arranjos urbanos começaram a se estabelecer nas periferias, separados de outros grupos sociais por muros e tecnologias de segurança e justificados pelo principal argumento da violência urbana: os “enclaves fortificados”.

Esses novos arranjos urbanos, objetos de estudo neste trabalho, representam a forma mais característica de estratificação social e da autosegregação, revelando uma sociedade com desigualdades socioespaciais difíceis de serem revertidas à medida em que se permite que o mercado imobiliário ofereça o que deveria, por obrigação, ser oferecido pelo Estado, para todos.

A fragmentação do tecido urbano, o isolamento social, o monitoramento contínuo, a privatização de espaços de convivência e o afastamento da rua são colocados em evidência quando há a reprodução dessa nova forma de morar nas cidades contemporâneas. Acentuam-se as diferenças sociais e não solucionam os problemas coletivos à sociedade. Independente da forma como são denominados os Loteamentos Fechados na literatura, como, por exemplo, “loteamentos murados” (RODRIGUES, 2016) ou “loteamento com acesso controlado”, o aparecimento desses espaços residenciais fechados na cidade é uma estratégia imobiliária à constante sensação de medo, de insegurança e, sobretudo, de receio ao que “o diferente” pode representar.

Nesse mesmo contexto, Bauman (2009) apresenta-nos o conceito de mixofobia (medo de misturar-se) para explicar como esse isolamento socioespacial traz reflexos para o cotidiano da sociedade, na apropriação excludente e fragmentada do espaço. Para o autor (2009, p. 43), “essa mixofobia não passa da difusa e muito previsível reação à impressionante

variedade de tipos humanos e de estilos de vida que se podem encontrar nas ruas das cidades contemporâneas e mesmo na mais ‘comum’ (não protegida por espaços vedados) das zonas residenciais”.

Ao comparar esses espaços às muralhas que cercavam cidades antigas, Bauman (2009, p. 42) acredita que esses limites, “em lugar de defender a cidade e todos os seus habitantes de um inimigo externo, servem para dividir e manter separados seus habitantes: para defender uns dos outros, ou seja, daqueles a quem se atribuiu o status de adversários”. A criação dessas ilhas de identidade e espaços de semelhança nega substancialmente a convivência com as diferenças, com os diferentes.

Analisar as cidades contemporâneas e as complexas relações que as caracterizam exige que alguns elementos sejam incluídos na reflexão, a exemplo da tendência à individualização, os novos valores de privacidade, o aprofundamento da segregação socioespacial e como tudo isso impacta a vida e a dinâmica urbana. A compreensão desses elementos é essencial para entendermos que cidade estamos produzindo e, de sobremaneira, para quem.

Campina Grande, localizada no Estado da Paraíba, na microrregião de Campina Grande e na mesorregião do Agreste Paraibano, é o espaço de estudo da nossa pesquisa. O processo de urbanização de Campina Grande ocorreu de forma acelerada no século XX. O movimento migratório de pessoas para trabalharem no comércio e firmarem moradia na área urbana da cidade, vinculado, inicialmente, à implantação da estação ferroviária (1907) e do comércio do algodão e, posteriormente, impulsionado pelas indústrias, evidenciou impasses socioespaciais no tangente às ocupações precárias localizadas nas áreas periféricas. Dos anos 2000 para cá, observa-se a ocupação dessa mesma periferia urbana por um novo tipo de espaço residencial: os Condomínios Fechados Horizontais (CFHs) e os Loteamentos Fechados.

Ao tratar sobre espaços fechados em Campina Grande, é pouco provável discuti-los sem considerar as tensões sociais que a construção dessas barreiras físicas e simbólicas fazem surgir. Do lado de dentro dos muros, não apenas em Campina Grande, mas também em outras cidades que apresentam esses arranjos residenciais, a negação da convivência incômoda com o diferente, como os sujeitos que não apresentam as mesmas características sociais, fica expressa nos discursos dos residentes, como veremos nos resultados a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Contextualizando o processo de urbanização mais recente de Campina Grande, entendemos que em 2000 o município já apresentava registros de descontinuidades, uma vez que, entre a década de 1970 e 1980, muitas pessoas foram atraídas para a cidade em busca de melhores condições de vida, fazendo aumentar o número de imóveis precários e de riscos nas áreas periféricas, bem como transformando a produção e a necessidade de habitação para esses novos moradores.

Em 2010, o município já apresentava a implantação do Loteamento Alphaville. Seria uma outra forma de apropriar-se do solo urbano, segundo os desejos e as necessidades de um grupo social mais privilegiado, mas que não deixa de evidenciar o espaço segregado que apenas uma parcela da população vai ter direito de desfrutar.

De 2009 a 2017, período delimitado à pesquisa aqui trabalhada, se constata um aumento significativo de oferta de lotes em espaços fechados em Campina Grande, saindo de 549 lotes (Alphaville) para 3.153 (se considerados os loteamentos inseridos na zona urbana, ou 4.909 se considerados os inseridos na zona rural e municípios adjacentes), conforme somatório dos dados explicitados no Quadro 1.

Quadro 1 – Loteamentos Fechados e CFHs em Campina Grande (PB) e adjacências

Empreendimento	Definição na Legislação	Posição na Legislação	Número de Lotes
Alphaville	Loteamento Fechado	Zona Urbana de Campina Grande	549
Terras Alphaville	Loteamento Fechado	Zona Urbana de Campina Grande	710
Serraville Residence Privê	CFH	Zona Urbana de Campina Grande	470
Parkville Residence Privê	CFH	Zona Urbana de Campina Grande	665
Monteville Residence Privê	CFH	Zona Urbana de Campina Grande	562
Sierra Home Resort	CFH	Zona Urbana de Campina Grande	197
Campos do Conde	CFH	Zona Rural de Campina Grande	698
Reino Verde	CFH	Zona Rural do Distrito de Galante	196
Nações Residence Privê	CFH	Zona Rural de Lagoa Seca	230
Atmosphera Eco	CFH	Zona Rural de Lagoa Seca	162
Atmosphera Green	CFH	Zona Rural de Lagoa Seca	470

Fonte: Elaborado pela autora (2018), com base em informações encontradas nos sites dos empreendimentos.

Em Campina Grande, extensas áreas emurallhadas fazem parte do cenário dos CFHs e dos Loteamentos Fechados, ainda que feitas as ressalvas sobre a ilegalidade do impedimento de acesso de todos os cidadãos às áreas internas, no caso do Loteamento Fechado, como foi

discutido no aporte teórico inicial desta pesquisa. Traços de privacidade e individualismo fazem parte da necessidade travada pelos residentes nesses espaços. Quanto maior for a proteção social, individual e familiar, melhor.

Apesar dessa arquitetura da fortificação vender o sentimento de segurança como ponto forte do seu negócio, ela não resolve, por exemplo, a questão da violência urbana no município. Criam-se ilhas de segurança dentro do espaço urbano (nem sempre intransponíveis, haja vista as ocorrências de arrombamentos a muros), que evidenciam a autosegregação e a exclusão espacial como resultado de uma fuga dos problemas urbanos por parte de um grupo social. A valorização do preço da terra, associada ao status das áreas muradas, acaba por (re)produzir medo, segregação e espaços fragmentados.

A justificativa da necessidade da implantação de espaços fechados parte do discurso de que o Estado não supre com eficiência a questão da segurança para todos, restando aos que têm como pagar cercarem-se de artifícios (muros, câmeras de segurança, segurança armada, cerca elétrica, controle de acesso, ronda armada, alarme, etc.) para terem a sensação de proteção, conforme relatado, ainda que para isso tenham que abrir mão de certas liberdades individuais.

A leitura discursiva nos mostra a justificativa dos moradores em comparação com quem mora em condomínios edifícios verticais, na perspectiva de que esses também têm a mesma “culpa” pela segregação, conforme os destaques propostos abaixo. Além disso, observa-se o sentimento conflitante da consciência de que ali dentro do Condomínio/Loteamento apenas uma parte da vida acontece, mas que em diversos momentos eles precisam sair e encontrar a cidade e os demais cidadãos inseridos nesse contexto – ainda que essas ações representem risco.

Em Campina Grande, como em grande parte das demais cidades, vimos que os Loteamentos e CFHs criam uma realidade interna que não se equipara à realidade fora dos muros, principalmente no quesito segurança, principal serviço oferecido para os moradores. Todavia, essa demarcação que emuralha esses novos espaços residenciais no município reforça as diferenças sociais e separa os desiguais.

O discurso e as imagens que seguem nos chamam a atenção para esse espaço de diferenciação entre grupos sociais que, algumas vezes, encontram-se tão próximos geograficamente e tão distantes socialmente, conforme pode ser observado nas imagens que seguem, que ratificam a ideia das tensões socioespaciais que se moldam nesse espaço urbano estudado.

Figura 01 – Loteamento Colinas do Sol, vizinho ao Serraville Residence Privê



Fonte: Acervo pessoal da autora (2018)

Figura 02 – Bairro do Monte Castelo, vizinho ao Alphaville Campina Grande.



Fonte: Acervo pessoal da autora (2018)

As tensões e conflitos socioespaciais que permeiam a parte da cidade estudada estão evidenciados nas figuras acima. Nelas é possível observar uma cidade de visíveis contrastes sociais e urbanos firmados na ocupação excludente do seu solo.

Os espaços de diferenciação que autenticam os espaços de exclusão enfraquecem as relações entre vizinhanças e segregam. A reprodução desses espaços estratificados fortalece as garantias de privilégios individuais em detrimento dos interesses coletivos. Não são saudáveis, assim, para uma cidade em desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa foi refletir acerca das tensões sociais e urbanas que os Loteamentos Fechados e os Condomínios Fechados Horizontais, novas modalidades residenciais de arranjo urbano, colocam a Campina Grande em sua relevância regional, partindo da hipótese de que esses espaços trazem impactos ao desenvolvimento urbano na medida em que se caracterizam por possuírem extensas áreas muradas dentro dos bairros e privatizarem espaços públicos, aspectos que, ao nosso ver, fomentam a ideia de segregação social e territorial e, portanto, um desenvolvimento urbano excludente.

As considerações às quais chegamos mostram que a busca por esse tipo de espaço parte essencialmente da necessidade de segurança, expressa no discurso de todos os moradores entrevistados, no tocante à presença de câmeras de segurança, acesso controlado, ronda armada, cerca elétrica, etc. Nesse mesmo discurso, conseguimos compreender a sensação dúbia dos moradores ao fazerem uma leitura da necessidade dos muros, característica desses espaços, evidenciando termos como isolamento, segregação e sentimento conflitante de liberdade e aprisionamento.

O debate acerca da implantação desses novos habitats urbanos em Campina Grande deve ser ampliado, assim como o conhecimento dos conflitos socioespaciais que são colocados por esses ao município. O estabelecimento de limites, concretos e simbólicos, que demarcam o espaço ao qual apenas alguns podem ter acesso (incluindo-se aqui ruas e praças privatizadas), efetivam a segregação espacial e impacta o desenvolvimento urbano igualitário, redefinindo as diretrizes de uma divisão social do espaço urbano para a consolidação da fragmentação do tecido urbano, acentuando localmente os conflitos socioespaciais.

Dessa maneira, em Campina Grande, assim como nos diversos municípios que também apresentam esses novos arranjos urbanos residenciais, a privatização de espaços públicos homogeneiza as relações sociais ao mesmo tempo em que cerceia o contato com pessoas de diferentes bairros e classes sociais. A restrição a laços sociais diversos e o desejo de autosegregação fomentam o crescimento fragmentado da cidade e da sociedade.

A vivência dessa pesquisa enquanto processo epistemológico e de reflexão apontou para a necessidade da conscientização dos impactos socioespaciais que esses empreendimentos trazem à cidade e às relações sociais, estabelecendo limites quanto à ocupação democrática do espaço urbano e aos vínculos que poderiam ser estabelecidos com a possibilidade de uso dos espaços públicos que são privatizados.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

DACANAL, Cristiane; GUIMARÃES, Solange Terezinha de Lima. **A imagem de condomínios horizontais**. Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente. Universidade Estadual de Londrina – UEL, 2005. Disponível em: <https://geografiahumanista.files.wordpress.com/2009/11/cristiane.pdf> Acesso em: 01 mai. 2017.

GÓES, Eda Maria; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas do Século XX**, 2003. Acesso em: 21 jun. 2017.

LIRA, Anneliese Heyden Cabral de. **O fenômeno dos condomínios horizontais em João Pessoa – PB**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Curso de Engenharia Urbana e Ambiental, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, 2012. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/5477/1/arquivototal.pdf> Acesso em: 15 jun. 2017.

MARICATO, Ermínia. **O direito à cidade depende da democratização do uso e a ocupação do solo**. Entrevista para a Rede Mobilizadores COEP. Dez/2013. Disponível em: <https://erminiamaricato.net/2014/04/08/o-direito-a-cidade-depende-da-democratizacao-do-uso-e-a-ocupacao-do-solo/> Acesso em: 07 jun. 2017.

PINHEIRO, Wilma Fernandes. **Ambientes coletivos de condomínios horizontais situados na cidade de João Pessoa – PB: uma análise da adequação ao uso**. 2011. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, 2011. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/286/1/partel1.pdf> Acesso em: 13 mai. 2017.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Loteamentos murados e condomínios fechados: propriedade fundiária urbana e segregação socioespacial. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 147-168.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. 2ª ed. Chapecó: Editora Argos, 2010.

SANTOS, Milton. **Manual de geografia urbana**. 3ª ed. São Paulo: Edusp Editora da Universidade de São Paulo, 2012.